

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.262 - MG
(2019/0227793-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : RAFAELA GOMES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : WILLIAM FERREIRA DE SOUZA E OUTRO(S) -
MG120527
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

DECISÃO

RAFAELA GOMES DA SILVA alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no HC n. 1.0000.19.060878-6/000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a **ausência de motivação idônea para decretar a segregação preventiva** da ré, pela suposta prática dos crimes de organização criminosa, tráfico de drogas, porte irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e extorsão.

Assevera que a acusada é primária, tem residência fixa e possui renda lícita, proveniente de aluguéis de três imóveis, que adquiriu por herança paterna.

Aduz que a recorrente tem uma filha menor de 12 anos de idade, cujo genitor se encontra preso por representação da mesma autoridade policial (fl. 242), razão por que faz jus à prisão domiciliar.

Afirma, ainda, que, "nos longos 3 (três) anos de investigação (desde 2016), em momento algum interferiu nas investigações" (fls. 245-246).

Requer, liminarmente e no mérito, o estabelecimento de cárcere domiciliar, a expedição de alvará de soltura ou a substituição da custódia provisória por medidas cautelares diversas.

Indeferido o pleito urgente (fls. 255-256) e prestadas as informações (fls. 264-266), ofertou o Ministério Público Federal parecer pelo não provimento do recurso (fls. 470-478).

Em consulta à página eletrônica do Tribunal de origem, o gabinete verificou que a demanda criminal encontra-se em fase de alegações finais.

Decido.

I. Legalidade da segregação preventiva

A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, **deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a custódia**, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Ressalte-se que este Tribunal já se pronunciou pela legalidade do decreto de constrição preventiva objeto deste *writ*, ao julgar pedido impetrado em favor de corréu (**HC n. 494.659/MG**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 2/9/2019). Eis a ementa do julgado (grifei):

HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS E PORTE DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. **É idônea a motivação invocada pelo Juízo de primeiro grau para embasar a ordem de prisão dos pacientes, porquanto evidenciou o fundado risco de reiteração delitiva, ante os indícios de os agentes integrarem organização criminosa voltada à prática do tráfico de drogas, com o emprego de armas de fogo na**

atividade ilícita e o cometimento de outros crimes – como roubos, furtos e até homicídios – para garantir a perpetuação da prática delituosa.

3. É direito do réu preso, acusado em processo penal, ser julgado em prazo razoável, sem dilações indevidas, em conformidade com a Constituição da República (art. 5º, LXVIII) e com o Decreto n. 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 7º, item 5).

4. Fica afastada, ao menos por ora, a tese de excesso de prazo, sobretudo porque, menos de um ano após a decretação da custódia provisória dos réus, a instrução processual já se encerrou e, ao que consta, faltam apenas as alegações finais para a posterior prolação de sentença.

5. Ordem denegada.

O referido *decisum* transitou em julgado no dia 18/9/2019.

Na hipótese, impugna-se propriamente o decreto de conversão em cárcere preventivo da prisão temporária. Este foi assim estabelecido (143-145, destaquei):

Conforme consta dos autos **a presente investigação foi iniciada em dezembro de 2016, sendo realizadas várias interceptações telefônicas com escopo de investigar a ocorrência do tráfico de drogas no bairro Vista Alegre, nesta comarca.**

Argumenta a autoridade policial que **os investigados são suspeitos de integrarem perigosa organização criminosa para prática de tráfico de drogas no referido bairro, sendo que alguns dos integrantes atuam também na cidade de Ribeirão das Neves/MG, especificamente no aglomerado Braúnas.**

Sustenta que **o investigado Paulo Emílio Gomes de Souza (vulgo Rabujento) é o chefe da mencionada organização, possuindo clara ligação com o Comando Vermelho e, atualmente, responde em outro processo pelo crime de latrocínio praticado em face do agente penitenciário Wagner Eduardo de Castro Pereira e sua noiva, sendo que o primeiro foi morto na ação criminosa.**

Assevera que **o investigado conta com o apoio de sua esposa Rafaela, responsável pelo recolhimento do dinheiro do tráfico de drogas**, bem como, os investigados Leandro Roque Damas (vulgo Senegal) e Anderson Pains Fernandes (vulgo Anzão), que já geriram o tráfico no local, estando atualmente presos pela prática de outros crimes.

Além desses, ainda integram a organização os investigados Gabriel Victor de Almeida Silva (vulgo Pidão) atualmente preso, Rodrigo Henrique Silva Paula (vulgo Beíço) e Bruno César Souza de Almeida (vulgo Bruninho), sendo que, **em razão da prisão de parte da chefia da organização, atualmente este último é quem gerencia a organização criminosa, sendo esta marcada pela violência e ameaça.**

Outro indivíduo integrante da organização é Davi Almeida (vulgo Lacoste), que atua na venda de drogas e recebimento de valores do tráfico, o qual possuía relacionamento amoroso com Cristiane Pereira da Silva (vulgo, Caxanga), também atuante na organização como responsável pela vigilância de toda e qualquer movimentação entre os moradores rivais e policiais.

Conforme relata na representação, **Cristiane é mãe dos investigados Pablo Henrique Ribeiro da Silva e Dhordana Lorrana Sabino Silva, que assim como a mãe participam do intento criminoso, sendo esta última, mesmo com uma criança de 08 anos de idade, realiza a guarda de materiais como arma de fogo ou encomenda de origem ilícita.**

A autoridade policial relata com riqueza de detalhes a participação de outros envolvidos, como Fred Felipe Hilário da Silva Santos e sua esposa Gabriela Mateus da Silva, além de Maria Rosimar Santos e Waldir Correia, que usam suas residências para ocultação de drogas, armas de fogo e materiais de origem ilícita. Ressalta que o investigado Jaderson Vinícius Carlos de Souza (vulgo Rex) é responsável pelo varejo na organização, sendo os demais, Uemerson Ferreira, Jhonata Lopes (vulgo Butinho), Jhonata Cruz (vulgo Neguinho) Elísio Pereira Alves, Bruno César Flávio da Silva (vulgo Pool) e **os adolescentes William César e Raysson Teixeira (vulgo Gordinho) envolvidos na organização para prática de crimes de furto e roubo com a finalidade de adquirirem armas para melhor domínio do grupo.**

Salienta a autoridade policial que as prisões temporárias se fazem necessárias para conclusão das investigações e realização de outras diligências como oitiva dos envolvidos, de gravação dos áudios, etc.

[...] **A representação da autoridade policial narra com riqueza de detalhes a "função" ocupada por cada um dos investigados na organização criminosa mencionada e, diante da gravidade concreta dos fatos narrados, exige-se urgente intervenção deste juízo a fim de garantir que a**

liberdade destes não interfira ou prejudique o andamento das investigações.

Compulsando os autos, verifica-se que os suspeitos são investigados pela prática de vários delitos, sendo necessária a investigação aprofundada para apuração dos fatos.

A prisão temporária dos investigados encontra amparo na Lei 7.960/89, art. 1º, incisos I e III, alínea "n", pois tal medida se faz necessária para as investigações do inquérito policial em trâmite, havendo indícios de autoria delitiva, tendo em vista as informações e conteúdo das comunicações de serviço acostadas ao presente feito, sendo hipótese de decretação da prisão temporária para as investigações devidas.

Assim, a custódia temporária se faz imprescindível para a proteção das provas, bem como para garantia do normal andamento das investigações do inquérito em andamento.

Estando presentes os requisitos autorizadores da prisão temporária, a sua decretação é medida que se impõe.

Observo, pois, que se mostram **suficientes as razões invocadas pelas instâncias ordinárias para rejeitar a postulação de segregação domiciliar**. A tal propósito, confirmam-se estes excertos do acórdão recorrido (fls. 225-229, grifei):

No presente caso, apesar da paciente demonstrar a necessidade de sua presença para cuidar dos filhos menores, verifica-se que a benesse não deve ser concedida, diante da situação excepcionalíssima do caso.

A paciente utilizava da menor para impedir a abordagem policial durante o transporte de substâncias ilícitas, submetendo a criança à situação de risco.

Salientou a magistrada, *in verbis*:

“De acordo com as investigações/interceptações, Rafaela era quem trazia armas e drogas para Matozinhos, provenientes de Ribeirão das Neves e também recolhia o dinheiro aqui adquirido pela venda de entorpecentes.

Ressalto que de acordo com as investigações, Rafaela era sempre vista em Matozinhos acompanhada de sua filha de 07 anos, que seria utilizada com o objetivo de evitar abordagem policial no carro em que transportaria o material ilícito.”

[...]

A decisão que decretou a prisão preventiva da paciente se encontra devidamente fundamentada em dados concretos do

processo, não havendo que se falar em ausência de fundamentação.

A paciente, agindo em unidade de desígnios e comunhão de esforços, era responsável pelo transporte de mercadorias ilícitas, cobrança de dívidas e recebimento de valores de um complexo esquema de tráfico de drogas.

Consta na exordial que **o envolvido Uermeson, vulgo “Jandaia”, aponta a paciente na prática criminosa, sendo esta responsável pela supervisão da empreitada criminosa, sendo esta esposa do chefe do tráfico.**

As circunstâncias do presente caso revelam desta forma a **gravidade da infração, a periculosidade e a potencialidade delitiva da paciente**, o que demonstra a **necessidade da manutenção de cautela provisória.** [...]

Não há falar assim em constrangimento ilegal.

Em casos similares, em que a investigada participa de facção criminosa e se vale, inclusive, de seu(s) filho(s) menor(es) para a prática de infrações penais, **não há falar em substituição da custódia preventiva por prisão domiciliar**, conforme a orientação deste Superior Tribunal. Vejam-se, por exemplo, estes precedentes:

[...] **4. A separação excepcionalíssima da mãe de seu filho, com a decretação da prisão preventiva, somente pode ocorrer quando sua presença violar direitos do menor ou do deficiente, tendo em vista a força normativa da nova norma que regula o tema – Lei n. 13.769/2018, que inseriu os arts. 318-A e 318-B no Código de Processo Penal.** A hipótese dos autos não autoriza a substituição da prisão preventiva por domiciliar, uma vez que **a paciente já se encontrava cumprindo pena provisoriamente em prisão domiciliar**, em virtude de condenação pela prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico. Ademais, **a nova imputação revela a atuação da paciente em nome de facção criminosa responsável não só pelo exercício do tráfico de drogas mas também pela realização de crimes de roubos e homicídios vários.** Trata-se, portanto, de situação excepcionalíssima que impede o deferimento da prisão domiciliar.

5. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 502.890/BA, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 22/10/2019, destaquei)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CUSTÓDIA PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVOS IDÔNEOS. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. FILHOS MENORES DE 12 ANOS. HC COLETIVO N. 143.641/SP DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ARTS. 318-A E 318-B DO CPP. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. **São idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva da paciente, por evidenciarem a gravidade concreta da conduta em tese perpetrada**, notadamente pela apreensão de três espécies de drogas distintas (356 pedras de crack, 34 pinos de cocaína e 234 buchas de maconha), além de dinheiro em espécie, bem como o **risco de reiteração delitiva, diante dos indícios da prática habitual e organizada do comércio espúrio** e do fato de a acusada haver respondido a procedimentos pela suposta prática de atos infracionais análogos a furto, circunstâncias suficientes, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória.

3. A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, no HC n. 143.641/SP, concedeu habeas corpus coletivo "para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar – sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP – de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda [...], enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício".

4. Digna de nota, ainda, a decisão monocrática da lavra do Ministro Ricardo Lewandowski, proferida em 24/10/2018

no HC n. 143.641/SP, na qual ficou consignado que a circunstância de a mulher preventivamente privada de liberdade responder pela suposta prática do crime de tráfico de drogas não é elemento suficiente para impedir a concessão de prisão domiciliar.

5. Tal julgado confere concretude à Lei n. 13.257/2016 (Estatuto da Primeira Infância), a qual prevê a formulação e a implementação de políticas públicas para as crianças que estão na "primeira infância" – período que abrange os primeiros seis anos completos de vida do infante.

6. A novel legislação teve reflexos no Código de Processo Penal e imprimiu nova redação ao inciso IV do seu art. 318, além de acrescentar-lhe os incisos V e VI. Tais mudanças encontram suporte no próprio fundamento que subjaz à Lei n. 13.257/2016, notadamente a garantia do desenvolvimento infantil integral, com o "fortalecimento da família no exercício de sua função de cuidado e educação de seus filhos na primeira infância" (art. 14, § 1º).

7. Com a publicação, em 20/12/2018, da Lei n. 13.769/2018, foram incluídos no Código de Processo Penal os arts. 318-A e 318-B, que buscaram inserir no texto legal norma consentânea com o julgado do Supremo Tribunal Federal, ao prever, como regra, a prisão domiciliar à mulher que esteja gestante ou seja responsável por criança ou pessoa com necessidades especiais.

8. A utilização do verbo "será" permite concluir que, excetuadas as duas hipóteses expressamente previstas no texto legal – prática do delito mediante violência ou grave ameaça ou contra seu filho ou dependente –, a custódia provisória sempre deverá ser substituída pelo recolhimento domiciliar.

9. **No caso em exame, o Juízo singular é firme ao demonstrar a situação de risco a que a paciente expunha seus filhos menores de 12 anos, pois armazenava entorpecentes no interior de sua residência e realizava o comércio naquele mesmo local. Os dados referidos são bastantes, conforme entendimento jurisprudencial do STJ, para o indeferimento da medida pleiteada. Precedente.**

10. Ordem denegada.

(HC n. 506.408/ES, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 27/8/2019, grifei)

Nos termos das premissas já indicadas por esta Corte, **não**

identifico a ocorrência de constrangimento ilegal, *in casu*, visto que as instâncias de origem foram firmes ao demonstrar a situação de risco a que a paciente expunha sua filha menor de 12 anos, pois pertencia à organização criminosa perigosa, "marcada pela violência e ameaça" (fl. 143, destaquei). Reputou-se à acusada o "transporte de mercadorias ilícitas, cobrança de dívidas e recebimento de valores de um complexo esquema de tráfico de drogas", sendo responsável "pela supervisão da empreitada criminosa, sendo esta esposa do chefe do tráfico" (ambos à fl. 227).

II. Inadequação de providências distintas da segregação

Diante da fundada probabilidade de repetição delituosa e da exposição ao risco de sua filha, menor de 12 anos, a adoção de medidas cautelares diversas **não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais** (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

Nesse sentido:

[...] V - Adequada fundamentação do *decisum a quo* demonstrando **a real possibilidade de reiteração das condutas delitivas, portanto, não se faz viável a substituição da custódia por medidas cautelares diversas da prisão**, em razão dos múltiplos riscos à ordem pública.

Agravo Regimental desprovido.

(AgRg na PET no RHC n. 90.040/RJ, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 13/4/2018, destaquei)

III. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço parcialmente do recurso e, nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**